

DE PATRIMÔNIO, RUÍNAS URBANAS E EXISTÊNCIAS BREVES¹

José Tavares Correia de Lira

Arquiteto urbanista, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo, pesquisador CNPq

Já se disse que a cidade na modernidade é o teatro de uma convulsão incessante. Lugar de produção, atividade e mudança, nela posições sociais e modos de vida entram e saem de cena, manipulando forças produtivas e recursos naturais. Lugar da política, a cidade é atravessada por disputas incessantes acerca de suas condições, comodidades e realizações. Lugar da vida nervosa, de excitações cinéticas e emocionais, de consciência e desorientação, de comportamentos racionais e do imprevisível das ações, ela é um universo privilegiado para a emergência de novas subjetividades.

A história das cidades, da fabricação das cidades, não por acaso é plena de traumas e recalques. Pois em meio às transformações que não cessam de operar lugares são inteiramente destruídos ou esquecidos, submergindo à marcha das construções e reconstruções em detrimento das intensas experiências materiais e sentimentais que

carregam. Algumas cidades, é verdade, sobretudo aquelas que desempenharam papéis centrais na vida das populações em outras épocas, de Bagdá, Tenochtitlán e Córdoba a Lisboa, Manchester e Detroit, muitas vezes guardarão fortes resquícios do passado em suas entranhas e fisionomia. Lugar, portanto, de progresso e ruína, de abandono e criação, de permanência e demolição, a materialidade urbana emerge como campo histórico abalado pelas forças produtivas, a conflagração dos homens e o peso da natureza. De suas fundações e estruturas, a suas superfícies mais visíveis, ela está perpetuamente marcada por mutilações e desfigurações, às vezes traumáticas, produzidas pelas forças elementares da destruição, catástrofes naturais, oscilações demográficas, ciclos civilizatórios, guerras, genocídios, conquistas, incêndios, revoluções, pelo passar do tempo e as intervenções humanas, que ao fim e ao cabo se conectam a todas as outras motivações. Momentos emblemáticos da história do urbanismo, aliás, dão testemunho da força da agência humana na remodelação brutal dos territórios urbanos por sobre antigas estruturas destroçadas. Benjamin (1989, p. 84) observou a importância adquirida por modestas ferramentas criadas pelo homem na demolição de bairros inteiros e completa reconfiguração de Paris com Haussmann: “Pás, enxadas, alavancas e coisas semelhantes. Que grau de destruição já não provocaram esses instrumentos limitados! E como cresceram, desde então, com as grandes cidades, os meios de arrasá-las! Que imagens do porvir já não evocam!”. Haussmann em Paris, Pereira Passos no Rio de Janeiro, Robert Moses em Nova York, Prestes Maia em São Paulo são alguns dos mais ilustres membros desta extensa linhagem de construtores e demolidores

titânicos. Eles não lideraram apenas grandes realizações urbanísticas, mas operações gigantescas de destruição, estigmatizando paisagens inteiras e recalçando violentamente traços geográficos e construtivos anteriores que, apenas aqui e ali, como que sintomaticamente, despontariam sob a face reluzente de suas realizações.

É por isso que em toda cidade contemporânea, ao menos naquelas onde as transformações são mais intensas e devastadoras, muitas são as camadas temporais que se fazem visíveis, ou mais visíveis suas cicatrizes, enxertos e fraturas. Mesmo um visitante desavisado não deixará de se surpreender – ou de se chocar – com as paisagens suturadas de cidades antigas e ainda hoje pulsantes em meio a suas configurações atuais, como em Roma, na Cidade do México, em Istambul, em Berlim e mesmo em São Paulo, uma cidade jovem, mas que em apenas um século se refez quase completamente três ou quatro vezes.

Tudo se passa como se o desenvolvimento urbano, soterrando tecidos herdados, destruindo quadras e edificações, espalhando por toda parte pedras, tijolos e ferragens, ruído e silêncio, muito escombros e pó, resíduo e mato se acumulando ao seu redor, se visse incapaz de controlar as gigantescas potências internas que pôs em movimento para a conjuração dos meios de produção e de troca que lhe justificam. E como que por encanto, dele brotasse um tipo de ruína muito particular, porque inseparável do progresso burguês: menos alegórica talvez, definitivamente afastada da imagem dialética de eternidade e decadência, duração e finitude que lhe dava forma (BENJAMIN, 1984), talvez porque atravessada pelas novas figurações

da efemeridade, da precariedade e da indigência produzidas pelo processo de modernização.

Nos séculos XVIII e XIX, Paris, Londres, Berlim, Nova York, Barcelona; a que nos séculos XX e XXI, viriam se juntar cidades como Los Angeles, Xangai, o Rio de Janeiro, Casablanca, Tóquio, o Cairo, Delhi dentre outras, tornaram-se polos catalisadores dessa dinâmica urbana ciclópica e devastadora que o capitalismo infundiu planetariamente. Centros antigos inteiramente demolidos, encortiçados ou descaracterizados; monumentos transformados em enigmas simbólicos; milhares de prédios abandonados e sítios inteiros transformados em detritos e vastidões de tijolos espalhados; silhuetas urbanas recortadas pela constante recriação do solo; cidades e bairros fantasmas completamente abandonados; subúrbios e periferias infinitos perpetuamente em obras; tal é a paisagem ruínosa que desde então parece generalizar-se pelas cidades mundo afora. Conquistando, inclusive, cidades menores, mais e menos explosivas, mesmo em um país atrasado na ordem mundial como o Brasil: de São Luiz do Paraitinga a Santa-rém, de Ipojuca a Caxambu, fisionomias, imagens, imaginários urbanos são continuamente refeitos e arruinados.

O tempo todo, somos surpreendidos por paisagens dissolventes, estranhamente familiares e inquietantes, ao mesmo tempo aterrorizadoras e íntimas. (VIDLER, 1992) O sentimento é característico da experiência característica das grandes metrópoles, tão cheia de coisas estranhas e ambivalentes, tão desafiadora inclusive porque marcada pela presença do estrangeiro, de objetos, valores e pessoas estranhas, que nos interpelam elas mesmas em nossa condição de estrangeiros,

inclusive de estrangeiros em nós mesmos, a nós mesmos. (DEUTSCHE, 2005) Foi isso o que Freud (1976, p. 111) chamou de *unheimlich*: “[...] esse estranho não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta através do processo da repressão.” Um estranho assustador justamente porque nos leva de volta ao que é familiar, ao que está inalienavelmente situado entre o familiar e o não familiar, entre o abrigo e o desabrigo, o eu e o outro, um outro em mim, presente ainda que ausente, desconhecido e íntimo.

No ritmo alucinante das transformações, a experiência da metrópole é assediada por sentimentos ligados a essa forma do estranho: medo e esperança, senso de conservação e precipitação no futuro, nostalgia e utopia, melancolia e entusiasmo. Cenário em ebulição, cenário em ruína: a metrópole é o lugar onde tudo que é sólido volatiliza-se e “todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas”, se dissolvem, e “tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas.” (MARX; ENGELS, 1980, p. 24) O passado desmoronando por camadas inteiras sob o choque do novo, o presente não mais tendo tempo para se fixar, as mais belas e fascinantes construções sendo capitalizadas para sua rápida depreciação e planejadas para logo se tornarem obsoletas, se isso pagasse bem. Tais as imagens ambivalentes projetadas por Marx e Engels acerca da sociedade burguesa. À sua frente, a classe dominante mais incansavelmente empreendedora e mais violentamente destruidora de toda a história. “Tudo o que a sociedade burguesa constrói é construído para ser posto abaixo.

(...) O pathos de todos os monumentos burgueses é que sua força e solidez material na verdade não contam para nada e carecem de qualquer peso em si; é que eles se desmantelam como frágeis caniços, sacrificados pelas próprias forças do capitalismo que celebram.” (BERMAN, 1986, p. 97-98) Marshal Berman reencontrou esse impulso fáustico eminentemente burguês no coração do bairro em que cresceu em Nova York, rasgado pela via expressa do Bronx idealizada por Robert Moses em 1953: “A estrada seria dinamitada diretamente através de dezenas de quarteirões sólidos, estáveis, densamente povoados, como o nosso; algo em torno de 60 mil pessoas, operários e gente de baixa classe média, sobretudo judeus, mas com muitos italianos, irlandeses e negros entre eles, seriam expulsos de seus lares. [...] Por dez anos, do final dos anos 50 ao início dos anos 60, o centro do Bronx foi martelado, dinamitado e derrubado. [...] Meus amigos e eu ficaríamos sobre o parapeito da Grande Confluência [o bulevar Grand Concourse], onde antes fora a 174th Street, e fiscalizaríamos o andamento das obras – as enormes escavadeiras e motoniveladoras, estacas de madeira e aço, as centenas de trabalhadores com seus capacetes de cores variadas, os gigantescos guindastes que se debruçavam bem acima dos telhados mais altos do Bronx, os tremores e as explosões provocados pela dinamite, as rochas recém-descobertas, ásperas e pontiagudas, os panoramas de desolação estendendo-se por quilômetros e quilômetros, até onde a vista pudesse alcançar, a leste e oeste – para nos maravilhamos ao ver nosso bairro comum e agradável transformado em sublimes, espetaculares ruínas.” (BERMAN, 1986, p. 276-277)

Se é na metrópole que se produz esse tipo particular de sujeito, capaz de sobreviver ao ritmo novo

da história, intensamente construtivo e destrutivo ao mesmo tempo, é certamente porque ela, com sua economia inesgotável de mercado, deslocando massas humanas, bens materiais e capital, corroendo e explodindo os fundamentos da vida de todos em seu caminho, está objetivamente estruturada como máquina funcional de extração de mais valia. Nela, as tensões da vida mental são violentamente amplificadas pela subsunção de tudo à socialidade do dinheiro, que permite aos indivíduos nivelarem-se e compensarem-se em círculos cada vez mais abstratos de relacionamento, e ao mesmo tempo, deles se destacarem com inédita independência e impessoalidade. É verdade que muitas vezes tal liberdade significa a liberdade de conteúdos da vida e de aspectos qualitativos das coisas, enrijecendo-se na arrogância *blasé* dos que tem dinheiro suficiente para reagir de modo abafado às diferenças e propriedades específicas dos objetos. (SIMMEL, 1998) Mas é também entre os homens metropolitanos que será possível flagrar tentativas mais ou menos heróicas ou fracassadas de recuperar certa autenticidade, de subtrair a experiência do choque aos automatismos da vida moderna, de tornar ativa as intensidades nervosas que de outra forma teriam efeitos devastadores, através da arte, da política e do erotismo. (TAFURI, 1980; LITVAK, 1979)

Com Simmel (1998) talvez pudéssemos repensar o significado da ruína na experiência da metrópole. Reencenando a inimizade original entre a pedra e o espírito, entre os sentidos de gravidade e elevação, as ruínas nas grandes cidades, e não apenas dos sítios e monumentos antigos em seu interior, talvez sejam capazes de indiciar o duelo fundamental entre matéria e espírito, natureza e cultura, passado e presente em novos termos. Nelas, tal-

vez seja possível entrever um estorvo arquitetônico, imobiliário, territorial, mais do que arqueológico, ao processo de urbanização, uma revanche do que é constantemente soterrado ou descartado na edificação da cidade, uma espécie de retorno do reprimido em meio ao choque permanente da vida moderna, uma evidência embaraçosa da incapacidade da civilização burguesa de lidar com as diferentes temporalidades que lhe perpassam.

Porque nada escapa à fúria avassaladora da metropolização. Nem mesmo as suas configurações mais recentes. Sharon Zukin (1991, p. 39-50) mostrou a intensidade dos processos de redefinição das paisagens urbanas modernas e pós-modernas nos Estados Unidos que, submetidas pela cultura do mercado a rápidos processos de obsolescência e estratégias de destruição criativa, levaram a vida útil dos edifícios a se estreitar enormemente ao longo do século XX. Tais operações muitas vezes viriam a se beneficiar inclusive das leis de preservação que entre 1970 e 1987 naquele país concederam subsídios a empreendimentos especulativos que reutilizassem antigas estruturas portuárias, ferroviárias, comerciais e industriais. Foi o que aconteceu, como ela bem lembrou, na região do Faneuil Hall em Boston, no Inner Harbor de Baltimore, em South Street Seaport em Nova York. Owen Hatherley (2010) pôs a nu o que ele chamou de “novas ruínas britânicas”, feitas não apenas de resíduos de velhas construções postas abaixo, mas do próprio renascimento urbano da Grã-Bretanha entre as décadas de 1970 e 90 que, sobre os escombros de antigas herdades municipais, docas, fábricas, armazéns, moinhos e conjuntos habitacionais modernistas de Southampton, Glasgow, Liverpool ou Manchester, difundiu uma geração desoladora e precocemente ruínosa de artefatos

arquitetônicos voltados ao entretenimento, ao turismo, ao lazer, ao consumo e à habitação privada. Já Luiz Amorim (2007), em seu “obituário arquitetônico” da Recife modernista, documentou as múltiplas facetas da ruína, da demolição e da vulnerabilidade produzidas pela voracidade dos investimentos imobiliários locais. Insensíveis à fisionomia singular de muitos de seus edifícios, conjuntos e logradouros, o saldo de suas interferências no constante construir e reconstruir das cidades revelam completa incapacidade ou falta de interesse do mercado em lidar com as preexistências arquitetônicas e o patrimônio edificado.

*

Ruína e ebulição: há sempre em toda grande cidade tempos e presenças diferentes coabitando no espaço, sobretudo em seus centros históricos. A despeito de todas as transformações do centro e da centralidade na cidade contemporânea, é frequentemente para lá, para seus imóveis desvalorizados e logradouros mal cuidados, que ainda hoje convergem as autoimagens cidadinas, os olhares dos turistas, as reivindicações de identidade e boa parte das estratégias urbanas – imobiliárias, turísticas, culturais ou publicitárias. (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006) Em toda grande cidade do presente, os antigos centros parecem ter se transformado em uma espécie de passivo a ser capitalizado por forças heterogêneas em sua condição especialmente sensível de incerteza, esperança e desconforto.

Mas esses antigos centros urbanos são tradicionalmente, também, o universo em que orbita toda uma galeria de figuras vulneráveis e ameaçadoras, desregradas e indesejáveis: mendigos, prostitutas, michês, imigrantes, homens-sanduíche, travestis, palhaços, boêmios, conspiradores, vagabundos,

trombadinhas, espertalhões, poetas, drogados etc., tipos característicos de “iluminados”, afeitos aos subterrâneos da grande cidade. (BENJAMIN, 1989) Segundo James Green (2000, p. 51-118), no Rio de Janeiro, era no Largo do Rossio, atual Praça Tiradentes, sob os pés do monumento a Dom Pedro I, nos bancos, arbustos, cinemas, teatros, cabarés, cafés, bares e cortiços ao seu redor, que entre finais do século XIX e inícios do XX, putos, travestis, frescos e sodomitas socializavam livremente, beneficiando-se da moralidade frouxa nessa parte da cidade. Segundo Sarah Feldman (1989), em São Paulo, entre 1940 e 1953, as prostitutas que até então se espalhavam por cortiços e casas de tolerância a leste e oeste do Tamanduateí, nas vizinhanças do centro velho e do centro novo, seriam oficialmente confinadas em uma zona segregada do Bom Retiro, bairro central historicamente ocupado por grupos de imigrantes e então fortemente marcado pela presença de judeus e, em menor número, de sírios, libaneses, gregos e russos. Nele seriam instalados “[...] quase 150 casas de tolerância, abrigando em torno de 1400 mulheres, três postos antivenéreos e uma delegacia de polícia, além de alguns bares e restaurantes”. (FELDMAN, 1989, p. 63) Apesar do controle policial absoluto nessa zona de prostituição da cidade, é sintomático que, no momento da suspensão oficial do confinamento, no último dia de 1953, as mulheres tenham saído às ruas “[...] em mini-passeatas, protestando, pichando os muros e reivindicando a reabertura da zona”. (FELDMAN, 1989, p. 64)

Personagens insistentes e existências breves, como também, mais recentemente, os protagonistas de dois filmes brasileiros: Zizo, um poeta anarquista interpretado por Irandir Santos, em *Febre do Rato* (Claudio Assis, 2011), e Guto, um ator

mambembe e azarão, vivido por Marat Descartes, em *Super Nada* (Rubens Rewald, 2012). Em ambos, os heróis são figuras improváveis de habitantes da cidade em disputa desigual com as tendências à exclusão socioespacial a que são expostos nas áreas centrais em que circulam. Seu habitat é uma imagem estratificada, recortada, ora sombria ora estourada, mas sempre decadente do Recife e de São Paulo, seus cortiços, vielas, avenidas, pontes, viadutos, praças, valas, escombros e resíduos. É neles que se tornam visíveis ou que se escondem, que se encontram e se perdem, que sonham e derivam, protestam e rebolam. Neles são retratados na iminência de se verem extraviados, ou desabrigados pelos processos urbanos, policiais e midiáticos que os atropelam.

É sintomático que hoje, quando as políticas de revitalização de centros históricos e bairros centrais parecem ter se afirmado na agenda patrimonial brasileira, personagens como esses venham sendo identificados entre seus principais obstáculos. Prostitutas da Lapa no Rio, viciados em crack na Luz em São Paulo, trombadinhas, mendigos e moradores de rua de toda grande cidade brasileira tornaram-se frequentemente o alvo de ações urbanísticas, higienistas, policiais, comunitárias e criminais. Rosalyn Deutsche observou como também em Nova York nos anos 1990, políticas de revitalização e qualidade de vida tenham sido apresentadas como argumento convincente para a implementação de ações públicas fortemente excludentes, que ao mesmo tempo que trivializam os direitos e problemas urbanos, entregam sistematicamente os espaços públicos a setores privados. Combinando interesses imobiliários e políticas de tolerância zero, entre suas realizações mais recorrentes estão a criminalização dos sem-teto,

o despejo de imigrantes e moradores pobres e a perseguição a negócios de sexo. Em nome do direito à privacidade de suas vizinhanças, cidadãos bem estabelecidos, incapazes de porem seus próprios valores em dúvida e de lidarem com o outro senão como um invasor ou forasteiro, algo abominável e ameaçador, vem embarcando na tendência à moralização do espaço público. Situando-se claramente na contramão desses discursos, ela recupera a dimensão do direito à cidade como direito à representação, ao espaço mental, ou antes, ao espaço tal como ele é vivido psicologicamente. Na esteira de Henri Lefèbvre, Deutsche valoriza aspectos não facilmente mapeáveis da experiência urbana, resíduos de pessoas e eventos mais antigos, que subsistem não simplesmente enquanto memórias, mas que continuam a escorar fisicamente o que se seguiu, “na forma de ruínas, vestígios ou objetos preservados”. Sínteses de imediatez espacial e anterioridade temporal, ruínas, resíduos e monumentos condensariam relações físicas entre sujeitos e práticas espaciais, entre o inacabado ou aquilo que nunca ocorreu e a produção do espaço, entre a fantasia e as forças que fundam a realidade. (DEUSTCHE, 2005, p. 14-15)

Não por acaso ela recorre a um romance, *Ready to catch him should he fall*, de Neil Bartlett, uma história de amor situada em Londres nos anos 1980, cujos personagens principais são dois homens e uma cidade. Nele, segundo a autora, seria possível revivificar a experiência da cidade em seu sentido político mais amplo, isto é, como maneira de viver *juntos*, com os *outros*. A eleição de uma ficção homoerótica desafia a hostilidade aos direitos e à igualdade da atitude moralista que dominaria a política urbana atual, pondo em risco a própria cidade. A escolha de Londres como cenário por

Bartlett também não teria sido casual, pois, no enredo, Londres não era apenas uma cidade amorosa, mas também ameaçadora: “nela, gays e outros outsiders – imigrantes, negros e minorias étnicas – são esfaqueados, espancados, detidos e insultados verbalmente nos espaços públicos da cidade quase todas as noites”. (DEUSTCHE, 2005, p. 11-12)

Mobilizando, simultaneamente, elementos da filosofia política, da teoria urbana crítica e da crítica literária, Deutsche focaliza uma cena específica do romance: a noite em que os namorados ficam noivos no bar que frequentavam diariamente. Seu pequeno mundo no centro de Londres, The Bar era ele mesmo “um tipo de cidade (uma metrópole ou cidade-mãe) em que os homens gays podem passear, transar, noivar, casar, ser promíscuos e dançar toda a noite sem medo. [...] Um amálgama ficcional de diversos tipos de espaços em que [...] desenvolveram uma cultura pública.” (DEUSTCHE, 2005, p. 18) Naquela noite, uma tempestade gigantesca abatera-se sobre Londres e quase arrasou a cidade. Mas também interrompeu a violência da cidade e, atingindo as redes de transmissão elétrica, paralisou os relógios e suspendeu o tempo. Naquela noite, Londres foi o cenário de um drama peculiar: as estátuas cívicas da cidade como que começaram a se mexer. Estátuas moventes acenaram umas às outras e ganharam vida. Escaladas no papel de cidadãos democráticos, pareciam celebrar os noivos. Liberando-se de valores petrificados, elas como que prometiam revitalizar os valores públicos na forma de uma propopéia, atuando como autênticos monumentos cívicos, fazendo entrecruzar os eventos urbanos aos eventos estéticos. Não tanto para celebrar a identidade a que foram consagradas, as figuras de pedra e bronze confraternizavam com a diferença,

como que em nome de uma vida política e cultural baseada na diferença aberta e ao mesmo tempo exigente. Falando diretamente às incertezas acerca da fonte do poder, algo característico da vida democrática, elas igualmente regeneravam a dimensão “não intencional” de todos os monumentos, inclusive dos “monumentos intencionais”: sua indeterminação constitutiva, que emerge precisamente da exposição dos cidadãos uns aos outros e de suas relações recíprocas, porque abertos à sua própria historicidade, à natureza figurativa e móvel da linguagem, à instabilidade dos significados. Como a maior parte dos monumentos cívicos, as estátuas significam poder. Mas durante a tempestade, em um momento de perigo, também significaram o direito a questionar a base do poder. (DEUSTCHE, 2005, p. 20-23)

Seja como for, de geografia dividida e densa de experiências políticas, psíquicas e eróticas, os centros das grandes cidades são, portanto, um espaço sociocultural disputado. É importante notar que a promoção dos centros urbanos no campo do patrimônio a partir dos anos 1960 é concomitante ao deslocamento de sua matriz conceitual básica, em geral ligada à nacionalização e ao direito de sucessão pública dos bens do clero, da coroa e dos emigrados, assim como à ideia de consagração e proteção estatal que lhe acompanha. (CHOAY, 2001) Sem dúvida as visões do patrimônio variaram de período para período e de lugar para lugar, e muitas vezes se constituíram em elemento de discórdia no seio das próprias camadas hegemônicas das diversas sociedades. Mas em geral elas foram permeadas por representações pedagógicas do passado capazes de fundar uma comunidade imaginária em marcos estáveis. Recurso pedagógico de promoção de interesses cívicos com a es-

tabilização e exaltação de identidades nacionais, necessário para a produção de coesão social, os monumentos históricos até então eram concebidos como cristalizações da tradição cívica dos vencedores, frequentemente incorporando também representações reconciliadoras com antigas camadas dirigentes, deslocadas pelos processos de modernização.

Em Boston, por exemplo, entre finais do século XIX e o início do XX, quando estavam se formando as instituições básicas do patrimônio histórico nos Estados Unidos, pessoas em campos distintos de conhecimento – a psiquiatria, a economia, a história e a arquitetura – questionavam a decadência da paisagem histórica naturalizada pelo progresso comercial, industrial e imobiliário da cidade. (HOLLERAN, 1998) No Recife, na virada dos anos 1920 aos 30, às vésperas da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o futuro projetado por engenheiros e urbanistas a serviço de oligarquias regionais não parou de encontrar resistências entre descendentes destas mesmas camadas da sociedade. Como em Gilberto Freyre, intelectual público ardoroso em sua campanha em favor do clima e das árvores tropicais e de todas as suas implicações culturais, do patrimônio arquitetônico colonial e popular, das ruas enoveladas e praças sombreadas como lugar de encontro de homens comuns e de improvisos de sociabilidade. Ou em Manuel Bandeira, o poeta desterrado, assombrado com a onda demolidora que tomava o Recife de assalto e que, em 1928, quando colaborava com o sociólogo pernambucano no jornal *A Província* – sintomaticamente um periódico ligado ao governador Estácio Coimbra, ele também filho das elites açucareiras em crise de representação – não reconheceu o seu Recife

de infância: cidade antes magra, com ruas estreitas, sobrados estreitos e longos, ornatos magros, reservada e difícil, pontuada por torres pacatas de velhas igrejas, cidade agora incharacterística. (LIRA, 1997, p. 292-310)

Contudo, para além desse acento oficial, ora nostálgico, ora elitista, a partir dos anos 1960 e 70 o debate patrimonial parece ter começado a desafiar o discurso tradicional. Alertando para a dimensão dos monumentos como expressão de grupos sociais capazes de se enraizar em algum lugar – e a partir dele forjar uma tradição reconciliatória supostamente nativa –, seus críticos passaram a questionar a impostura das estratégias de imposição desses marcos a outros grupos, que de mais a mais, em geral, eram continuamente forçados ao desenraizamento, à migração e ao anonimato. Vejam-se os escritos de um autor norte-americano dos anos 1970 como J. B. Jackson em sua crítica à restauração urbana como condensadora de valores imobiliários e estratégias para manter afastados vizinhos indesejáveis. Segundo ele, era preciso recuperar uma outra tradição preservacionista, mais próxima das existências comuns e dos homens comuns do que daqueles indivíduos e eventos consagrados em marcos monumentais dedicados exclusivamente a nos fazer lembrar de nossas obrigações políticas, morais ou religiosas, e a produzir adesão a uma determinada tradição nacional. (JACKSON, 1980) Ou aqui mesmo no Brasil, as críticas lançadas nos anos 1970 por Aloisio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural ao predomínio quase absoluto dos bens imóveis, sítios e conjuntos arquitetônicos de natureza histórica nas políticas da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, assim como à sua incapacidade de pensar as formas de vida

e atividades pré-industriais brasileiras como bem cultural e não apenas como folclore. Ou ainda, o caso da enorme polêmica que se produziu no começo dos anos 1980 junto à Fundação Nacional Pró-Memória em torno do tombamento histórico do Terreiro da Casa Branca em Salvador. (MAGALHÃES, 1985; FONSECA, 1996)

É interessante notar como essa atenção aos homens comuns, à cultura popular, às minorias sociais e étnicas e aos marcos anônimos da história nacional coincide no tempo com o interesse pelo tema do patrimônio urbano e das áreas centrais. Não por acaso, quando a partir dos anos 1970 a questão do patrimônio ambiental urbano emergiu no Brasil em meio ao enorme processo de metropolização, e as recomendações de integração urbana de fragmentos do passado ou de áreas envoltórias aos monumentos começaram a ser incluídas entre as preocupações preservacionistas, as áreas centrais de cidades brasileiras entraram na ordem do dia das políticas públicas. O Pátio de São Pedro, a Praça do Diário e o Bairro do Recife, no Recife; a Sé, o Largo de São Bento, a Luz e o Bexiga, em São Paulo; o Pelourinho, o Terreiro de Jesus, a Sé ou o Campo Grande, em Salvador; a região do Porto, a Praça Mauá, a Cinelândia, o Passeio Público, o Largo da Carioca, a Praça Tiradentes, a Lapa, no Rio de Janeiro. Nos últimos anos, novamente elas se tornaram os termômetros com que se pode medir a temperatura dos processos de patrimonialização e culturalização urbanas. É de se pensar até que ponto esses processos, ao reconquistarem os espaços despedaçados, esfarapados, dissolvidos e arruinados produzidos pelas dinâmicas da modernização, vem reincidindo em ações tradicionais de limpeza social, moralização do espaço público e exclusão socioespacial.

Lembro-me de uma experiência muito reveladora a esse respeito, que vivi há alguns anos em Buenos Aires. Eu era professor de história da arquitetura na Universidade de São Paulo em São Carlos e juntamente com outros dois colegas, Carlos Roberto Monteiro de Andrade e Givaldo Medeiros, organizamos uma viagem didática de uma semana à Argentina. O grupo era composto pelos três professores e cerca de cinquenta alunos do curso de graduação. Um dos roteiros incluía uma visita à *Villa 31*, uma das únicas favelas da capital federal, localizada em sua área mais central, entre a estação Retiro de trens e a parte norte da região portuária, então ameaçada de remoção pelos processos de revitalização que brotaram naquela parte da cidade com as obras de Puerto Madero. Nosso contato foi intermediado pela arquiteta Clara Braun, cujo filho mais novo desenvolvia um trabalho militante junto a um *eco-club* da comunidade. Começamos a visita em um “comedor popular”, instituição social que provia apoio pedagógico e alimentar às crianças e adolescentes da *Villa*, relevante também, ao que parece, em termos sociais e políticos nas lutas por reconhecimento e cidadania lideradas por mulheres e jovens da comunidade. O contraste com a fisionomia tradicional de Buenos Aires não podia ser maior: nenhum traçado regular, bulevar, passeio ou jardim público, nada de sua excelente equipagem urbana, de sua arquitetura europeia ou monumentos cívicos. Estávamos em uma *villa-miseria* argentina, típica favela latino-americana, igualmente densa, de ruas estreitas e tortuosas, casas auto-construídas sem reboco e infraestrutura visivelmente precária. Habitada quase inteiramente por populações indígenas e seus descendentes, migrantes de regiões mais pobres da Argentina e imigrantes de

países vizinhos, rurais e urbanos, também como no Brasil a comunidade parecia atormentada pela expansão do tráfico de drogas e da violência.

Após a fala absolutamente iluminada de uma das mães responsáveis pela gestão do espaço, sobre as lutas da comunidade pela permanência no local ante as ameaças especulativas e urbanísticas do momento, e um cuidadoso lanche de boas-vindas que nos foi servido, fomos divididos em três grupos para um passeio pela *Villa*. Nossos cicero-nes eram jovens da comunidade. Deviam ter cerca de 15 ou 16 anos de idade. Segundo o rapaz que nos guiou, seguiríamos um roteiro pelos marcos históricos da *Villa 31*. Minhas lembranças são provavelmente imprecisas, talvez até impregnadas por um sentimento de espanto algo revelador, que me acompanhou durante todo o roteiro. Paramos em quatro pontos da *Villa 31*. A primeira parada foi em uma viela estreita, no meio da favela, em uma paisagem absolutamente inexpressiva. Nosso guia pediu que olhássemos para cima, para um pequeno poste de madeira, tomado como todos os demais na região por infinitas ligações elétricas privadas. Sob os fios, ele chamou nossa atenção para uma pequena cantoneira em ferro que sustentava a luminária, quase imperceptível, apesar da modesta decoração, bastante deteriorada, que lhe distinguia. Tratava-se, segundo ele, do último remanescente da presença dos trabalhadores responsáveis pelas obras de ampliação do porto, que ali teriam sido instalados a partir da década de 1940. Um marco de origem, que atestava a precedência popular na região. Segunda parada: um terreno descampado que se estendia da borda da favela à Autopista Arturo Illia, uma via expressa elevada, construída em sua margem, projetada nos anos 1970 e construída na década de 1990.

De novo, um enigma. O que teria acontecido ali que faria de uma área empoeçada e coberta de mato um marco histórico? Ou antes, o que teria acontecido ali que fizera com que aquele terreno, cercado de todos os lados por moradias, fosse poupado ao intenso processo de ocupação da favela? A explicação era ainda mais surpreendente. Naquele terreno, encenara-se nos anos 1970 um dos confrontos mais sangrentos entre a população local e a polícia, que tentava fazer valer as ordens oficiais de desocupação da área para construção da autopista. Configurara-se em torno dele, assim, como que um sítio de resistência, que deveria ficar vazio em memória das lutas que ali haviam ocorrido e das causas que as motivaram. As outras duas paradas relacionavam-se entre si: uma pequena capela de madeira também na periferia da *villa*, próxima à linha ferroviária, e uma “pracinha”, de não mais que dez metros quadrados, em uma de suas áreas mais densas. Ambas remetiam a um herói local, o padre Carlos Francisco Mugica, de formação peronista e próximo às ideias de Che Guevara e Mao Zedong, cuja proximidade aos movimentos populares e à juventude católica na Argentina o levaria a então *Villa de Retiro*, onde fundaria a paróquia do *Cristo Obrero*. Assassinado em 1974 em um atentado anticomunista, seus restos mortais foram enterrados na pequena capela da *Villa 31*, hoje um importante centro social da comunidade. Na “pracinha”, um piso cimentado, que se confundia com a terra batida do solo natural da favela, abriga um pequeno oratório dedicado a Mugica, cuidadosamente pintado e coberto de flores pela população que o cultiva.

Ancestralidade, soberania, heroísmo, confraternização, enraizamento, os monumentos da *Villa 31*

remetem a conteúdos clássicos do patrimônio: as artes e ofícios, o militar, o religioso e o civil, porém reelaborados à margem da história política e cultural da nação. Rememorados pelas gerações atuais, remetem diretamente a significados patrimoniais básicos: o pertencimento e a permanência, que encontram nas pressões do mercado imobiliário, das obras urbanas, da repressão política e da exclusão social as suas principais ameaças. Contra elas, os moradores pobres da *Villa 31*, quase todos indígenas, vêm reelaborando facetas fundamentais da agenda patrimonial contemporânea. A começar pelo modo como repropõem a fragilidade material de seus bens culturais, seu estado fisicamente precário, residual, sutil ou ruinoso, como suporte de poderosas estratégias retóricas, políticas e poéticas de resistência. ■

NOTAS

- 1 Esse ensaio foi elaborado a partir de um texto originalmente apresentado na mesa redonda “Cultura, identidades e conservação: espaço público, sociabilidades e patrimonial cultural”, no interior do XV Encontro Nacional da ANPUR, realizado no Recife em maio de 2013. As ideias básicas aqui contidas nasceram em meio a um conjunto de trabalhos que venho acompanhando nos últimos anos à frente do Centro de Preservação Cultural da USP, como a exposição “Bairro da Luz: documentos recentes”, realizado em 2011 sob a curadoria de Eduardo Costa e André Kobashi; o curso de difusão cultural sobre “Memória, história e transformação nos bairros centrais de São Paulo”, que Sarah Feldman e eu organizamos no mesmo ano; o projeto “Bixiga em artes e ofícios”, coordenado por Rose Satiko desde 2010; e a exposição “Ruínas e Demolições”, que junto com Luiz Florence e alunos de graduação da FAU-USP, organizei em 2012.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Luiz. *Obituário arquitetônico: Pernambuco modernista*. Recife: 2007.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 199-204.
- BERMAN, Marshall. Modernidade - ontem, hoje e amanhã. In: _____. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moises, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- _____. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da Unesp, 2001.
- DEUTSCHE, Rosalyn. Urbanismo sensato. In: *Espaço e Debates*, v. 25, n. 46, jan./jul. 2005, p. 11-32.
- FELDMAN, Sarah. As segregações espaciais da prostituição feminina em São Paulo. In: *Espaço e Debates*, n. 28, 1989, p. 59-66.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, 1996, p. 153-163.
- FREUD, Sigmund. O Estranho. In: _____. *Pequena coleção das obras de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (v. 27).
- GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- HATHERLEY, Owen. *A guide to the new ruins of Great Britain*. Londres: Verso, 2010.
- HOLLERAN, Michael. *Boston's 'Changeful Times': origins of preservation and planing in America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.
- JACKSON, John Brinckerhoff. The necessity for ruins. In: _____. *The necessity for ruins and other topics*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1980.
- LIRA, José. *Mocambo e cidade*. 1997. 310f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- LITVAK, Lily. *Erotismo fin de siglo*. Barcelona: Bosch, 1979.
- MAGALHÃES, Aloisio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: *Textos*, São Paulo: Alfa-omega, 1980.
- SIMMEL, Georg. A ruína. In: SOUZA, J.; OELZE, B. (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 137-144.
- TAFURI, Manfredo. *La sfera e il labirinto: avanguardia e architettura da Piranesi agli anni '70*. Turim, Einaudi, 1980.
- VIDLER, Anthony. *The Architectural Uncanny: essays in the modern unhomey*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1992.
- ZUKIN, Sharon. *Landscapes of power: from Detroit to Disney World*. Berkeley: University of California Press, 1991.